

Farmácia e suas Interfaces com Vários Saberes

Francisco das Chagas Araújo Sousa
(Organizador)



Farmácia e suas Interfaces com Vários Saberes

Francisco das Chagas Araújo Sousa
(Organizador)



Atena
Editora
Ano 2020

Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecário

Maurício Amormino Júnior

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremo

Karine de Lima Wisniewski

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

Shutterstock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os Autores

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

A Atena Editora não se responsabiliza por eventuais mudanças ocorridas nos endereços convencionais ou eletrônicos citados nesta obra.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves -Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dr. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá

Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Me. Adalto Moreira Braz – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina

Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Dr. Fabiano Lemos Pereira – Prefeitura Municipal de Macaé
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal

Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba
Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco
Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão
Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana
Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí
Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Farmácia e suas interfaces com vários saberes

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Bibliotecário Maurício Amormino Júnior
Diagramação: Natália Sandrini de Azevedo
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os Autores
Organizador: Francisco das Chagas Araújo Sousa

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

F233 Farmácia e suas interfaces com vários saberes [recurso eletrônico] / Organizador Francisco das Chagas Araújo Sousa. – Ponta Grossa, PR: Atena, 2020.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5706-374-3

DOI 10.22533/at.ed.743200409

1. Atenção à saúde. 2. Farmácia. 3. Medicamentos. I. Sousa, Francisco das Chagas Araújo.

CDD 615

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

PROBLEMAS RELACIONADOS À MEDICAMENTOS NA PEDIATRIA

Delmário Santana Cruz
Raimundo Nonato da Silva Oliveira
Alysson Kenned de Freitas Mesquita
Joseana Martins Soares de Rodrigues Leitão
Maria Eugênia de Almeida Carvalho
Willian Amorim Dias
Joyce Jamylle Dias Borges
Isla Rafaela Alcântara Silva

DOI 10.22533/at.ed.7432004091

CAPÍTULO 2..... 12

PERFIL DE ANTI-INFLAMATÓRIOS NÃO ESTEROIDAIIS (AINES) DISPENSADOS EM UMA DROGARIA

Vanessa Santos Chagas
Willian José Santos Noletto
Kátia da Conceição Machado
Joseana Martins Soares de Rodrigues Leitão
Edelci Varão Santos Noletto
João Pedro Cardoso Soares De Souza

DOI 10.22533/at.ed.7432004092

CAPÍTULO 3..... 22

CONTROLE DE QUALIDADE NA INDÚSTRIA FARMACÊUTICA

Enio Vitor Mendes de Alencar
João Pedro Cardoso Soares de Souza
Kátia da Conceição Machado
Joseana Martins Soares de Rodrigues Leitão
Hyan Vitor Alves da Silva
Bruna Raiele Alves Da Silva
Maria Adriana Pereira de Oliveira
Paulo Henrique Mendes de Alencar

DOI 10.22533/at.ed.7432004093

CAPÍTULO 4..... 35

PLANTAS MEDICINAIS COM POTENCIAL TERAPÊUTICO NO EMAGRECIMENTO: REVISÃO SISTEMÁTICA E PROSPECÇÃO TECNOLÓGICA

Francinalva Gomes de Araújo
Lívia Cinara Solano da Silva
Laisa Lis Fontinele de Sá
Joseana Martins Soares de Rodrigues Leitão

DOI 10.22533/at.ed.7432004094

CAPÍTULO 5..... 44

AUTOMEDICAÇÃO EM CRIANÇAS: UMA REVISÃO INTEGRATIVA

Antônia Raquel Andrade da Silva
Silvana Carvalho Campos Oliveira
Kátia da Conceição Machado
Bruna Milanez Oliveira
Alberto Salviano de Sousa Rosa
Daniel Gomes
Paulo Vitor Silva de Carvalho

DOI 10.22533/at.ed.7432004095

CAPÍTULO 6..... 54

RASTREAMENTO DO CÂNCER DE COLO DE ÚTERO NO PIAUÍ

Fabiana de Moura Souza
Kelly Beatriz Vieira de Oliveira
Katia da Conceição Machado
Joseana Martins Soares de Rodrigues Leitão
José Couras da Silva Filho
Marcio Edivandro Pereira dos Santos
Alberto Salviano de Sousa Rosa
Paulo Vitor Silva de Carvalho

DOI 10.22533/at.ed.7432004096

CAPÍTULO 7..... 66

USO DE ANTIMICROBIANOS EM CRIANÇAS: REVISÃO DE LITERATURA

Adriano de Almeida Nogueira
Keylla da Conceição Machado
Joseana Martins Soares de Rodrigues Leitão

DOI 10.22533/at.ed.7432004097

CAPÍTULO 8..... 75

ADESÃO TERAPÊUTICA DE PACIENTES COM HIPERTENSÃO ARTERIAL SISTÊMICA: DESAFIOS E INTERVENÇÕES FARMACÊUTICAS

Amanna Katherin Borges de Sousa Silva
Vanessa Almeida da Silva
Rian Felipe de Melo Araújo
Laryssa Maria Borges de Sousa Silva

DOI 10.22533/at.ed.7432004098

CAPÍTULO 9..... 83

ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA ÀS PESSOAS PRIVADAS DE LIBERDADE NO ESTADO DO PIAUÍ: ANÁLISE À LUZ DE UMA REVISÃO DE LITERATURA

Bruna Juliane Melo Silva
Monique Araújo Carvalho Oliveira

Rian Felipe de Melo Araújo

DOI 10.22533/at.ed.7432004099

CAPÍTULO 10..... 93

UTILIZAÇÃO DA FITOTERAPIA E PLANTAS MEDICINAIS NO BRASIL: REVISÃO INTEGRATIVA

Daniela dos Reis Araújo Gomes
Francisco das Chagas Pinho Castro
Mara Layanne da Silva Felix
Marcia Milena Oliveira Vilaça
Marcos Antonio Alves Pantoja

DOI 10.22533/at.ed.74320040910

CAPÍTULO 11 101

PARÂMETROS DE INCIDÊNCIA DA HEMOGLOBINOPATIA NO PIAUÍ

Adriano Alves de Almeida
Anna Joaquina Queiroz Nascimento
Antônio Carlos de Carvalho
Grazielle Roberta Freitas da Silva
Marcia Milena Oliveira Vilaça
Daniela dos Reis Araújo Gomes

DOI 10.22533/at.ed.74320040911

CAPÍTULO 12..... 112

ANÁLISE DO PERFIL DA PREVALÊNCIA DE INTERNAÇÕES POR HANSENÍASE NA CAPITAL DO PIAUÍ

Sâmia Nayara Tavares Alves
Keylla da Conceição Machado
Ian Jhemes de Oliveira Sousa

DOI 10.22533/at.ed.74320040912

SOBRE O ORGANIZADOR..... 112

CAPÍTULO 9

ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA ÀS PESSOAS PRIVADAS DE LIBERDADE NO ESTADO DO PIAUÍ: ANÁLISE À LUZ DE UMA REVISÃO DE LITERATURA

Bruna Juliane Melo Silva

AESPI – Ensino Superior do Piauí

Monique Araújo Carvalho Oliveira

AESPI – Ensino Superior do Piauí

Rian Felipe de Melo Araújo

AESPI – Ensino Superior do Piauí

RESUMO: Introdução: Embora o Piauí possua o quarto menor número de encarcerados do território brasileiro, a realidade referente aos índices por presídios no estado é muito distinta, com uma alta concentração dos detentos em condições insalubres, o que os deixam vulneráveis ao acometimento de variados tipos de doenças, tornando-se necessário que a assistência farmacêutica às pessoas privadas de liberdade se realize de forma efetiva e segura. **Objetivo:** analisar as publicações científicas que discorreram sobre a assistência farmacêutica às pessoas privadas de liberdade no período de 2010 a 2019. **Metodologia:** Pesquisa de caráter bibliográfico, utilizando-se o método exploratório, constituída por nove artigos científicos publicados nas bases de dados: Medcaribe, Scielo e LILACS, utilizando-se as palavras-chave: Assistência farmacêutica; detentos e; vulnerabilidade, publicados entre 2010 e 2019. Os critérios de inclusão foram: terem sido publicados na íntegra e não apenas em formato de resumo; publicados em língua portuguesa; objetivos com aspectos relacionados à assistência farmacêutica às pessoas privadas de liberdade, que tenham feito menção ao uso de medicamentos e de seu controle ou à assistência farmacêutica. Os critérios de exclusão são: não está em outro idioma, não ser revisão

sistemática ou em formato somente de resumo.

Discussão: Os autores corroboraram que a assistência farmacêutica contribui para redução da morbimortalidade e que a participação deste profissional em equipes multiprofissionais de presídios está em desacordo com as previsões das normativas legais, sendo este fundamental à fiscalização e orientação quanto ao uso adequado de medicamentos. **Resultado:** As publicações apontaram que a assistência farmacêutica às pessoas privadas de liberdade não é efetiva, pois apresenta problemas de diversas ordens, dentre as quais se destacaram de modo mais específico: falta de medicamentos adequados, inexistência de prescrição médica adequada, supervisão das doses recomendadas, correto armazenamento e acompanhamento do paciente no processo terapêutico, além de se verificar que este cenário faz parte da realidade de quase todos os estados do país.

PALAVRAS-CHAVE: Assistência farmacêutica, Detentos, Vulnerabilidade.

PHARMACEUTICAL ASSISTANCE TO PERSONS DEPRIVED OF THEIR LIBERTY IN THE STATE OF PIAUÍ: ANALYSIS IN THE LIGHT OF A LITERATURE REVIEW

ABSTRACT: Introduction: Although Piauí has the fourth smallest number of prisoners in the Brazilian territory, the reality regarding prison rates in the state is very different, with a high concentration of detainees in unsanitary conditions, which leaves them vulnerable to the attack of various types of prisoners. diseases, making it necessary for pharmaceutical assistance to persons deprived of their liberty to be carried out effectively and safely. **Objective:** to analyze the scientific publications that

discussed pharmaceutical assistance to persons deprived of their liberty from 2010 to 2019. **Methodology:** Bibliographic research, using the exploratory method, consisting of nine scientific articles published in the databases: Medcaribe, Scielo and LILACS, using the keywords: Pharmaceutical assistance; detainees and; vulnerability, published between 2010 and 2019. The inclusion criteria were: they were published in full and not just in a summary format; published in Portuguese; objectives with aspects related to pharmaceutical assistance to persons deprived of their liberty, who have mentioned the use of medicines and their control or pharmaceutical assistance. The exclusion criteria are: it is not in another language, it is not a systematic review or in a summary only format. **Discussion:** The authors corroborated that pharmaceutical assistance contributes to the reduction of morbidity and mortality and that the participation of this professional in multiprofessional prison teams is at odds with the provisions of the legal regulations, which is fundamental to inspection and guidance regarding the appropriate use of medicines. **Result:** The publications pointed out that pharmaceutical assistance to persons deprived of their liberty is not effective, as it presents problems of various kinds, among which they stood out in a more specific way: lack of adequate drugs, lack of adequate medical prescription, supervision of recommended doses, correct storage and monitoring of the patient in the therapeutic process, in addition to verifying that this scenario is part of the reality of almost all states in the country.

KEYWORDS: Pharmaceutical assistance, Inmates, Vulnerabilidade.

1 | INTRODUÇÃO

As prisões concentram um aglomerado de pessoas em condições insalubres e as condições de confinamento em que são submetidas são determinadores dessa vulnerabilidade. Diante disso, o Ministério da Saúde e o Ministério da Justiça editaram a Portaria Interministerial nº 1.777/2003, instituindo o Plano Nacional de Saúde no Sistema Penitenciário (PNSSP), para definir e implantar ações e serviços baseados nos princípios e nas diretrizes do Sistema Único de Saúde (SUS) que possibilitem uma atenção integral à saúde da população absorvida pelo Sistema Penitenciário Nacional (CARTAXO *et al.*, 2013).

Desse modo, a problemática de investigação se volta para o seguinte questionamento: o que informam as publicações científicas que discorreram sobre a assistência farmacêutica às pessoas privadas de liberdade sobre a efetividade dessa assistência, no período de 2010 a 2019?

A partir deste questionamento, foram levantadas as seguintes hipóteses para esta investigação: embora haja uma legislação vigente sobre o tema, bem como os planos e políticas elaborados para prover a saúde no sistema prisional, a Assistência Farmacêutica é escassa e pouco efetiva, já que não auxilia os detentos conforme proclama a lei; a Assistência Farmacêutica é ofertada de modo precário e decorrente de diversos elementos e mesmo havendo políticas governamentais para melhorá-la e ofertá-la nos presídios, não há, no entanto, efetividade.

A importância deste estudo se dá sob diversas óticas, sendo que no contexto acadêmico, verifica-se a necessidade de maior discussão da Assistência Farmacêutica que, apesar de fundamental, ainda é muito deficiente, principalmente dentro das políticas públicas brasileiras, especialmente quando se voltam os olhares para os presídios,

ambiente em que há pessoas sob a tutela do Estado que possui uma fragmentada e limitada assistência de saúde, tornando-os, assim, mais vulneráveis a doenças.

Na linha do contexto profissional, este estudo permite que sua idealizadora amplie seus conhecimentos sobre a assistência farmacêutica, contribuindo, assim, para sua formação profissional e pessoal, visto que, consiste em uma temática que se relaciona a toda a sociedade brasileira, devendo, portanto, estar no viés de discussões científicas atuais e que possam conduzir outras pesquisas de mesma temática, colaborando, dessa forma, para o engrandecimento da literatura científica, já que são limitados os estudos voltados para este assunto e que, por isso, tem ficado à margem de importantes reflexões.

Este trabalho tem como objetivo geral analisar as publicações científicas que discorreram sobre a assistência farmacêutica às pessoas privadas de liberdade e sua efetividade no período de 2010 a 2019, descrevendo como a assistência farmacêutica vem sendo realizada a este público, comparando-se os dados das publicações que constituem o *corpus* desta investigação para entender como o assunto tem sido discutido na literatura científica.

2 | METODOLOGIA

Para efetivação desta investigação, foi realizada pesquisa de natureza qualitativa e bibliográfica, com uso do método exploratório, que visa explorar determinado fenômeno por meio de bibliografia consultada, a partir de estudo de revisão sistemática. A revisão sistemática, segundo Gil (2002), consiste em método de investigação científica que faz uso de bancos de dados acerca de determinada questão, os quais servem como fonte e método de identificação, seleção e análise, de forma sistemática, no intento de se realizar uma revisão crítica e que abarque ampla literatura.

A pesquisa bibliográfica subsidia a revisão sistemática, já que na visão de Severino (2017), possibilita ao pesquisador se apropriar através de estratégias sistemáticas e categóricas de um determinado assunto, permitindo a este discutir uma temática sob variados vieses e responder à problemática de investigação.

Foi realizada pesquisa nas bases de dados Scielo, Lilacs e Medcaribe para seleção do material bibliográfico que compôs este estudo, a partir das seguintes palavras-chave: Assistência farmacêutica; detentos e; vulnerabilidade, publicados no período entre 2010 e 2019. Estas bases foram selecionadas porque foram as que mais apresentaram publicações sobre a assistência farmacêutica às pessoas privadas de liberdade.

Os critérios de inclusão para as publicações foram: terem sido publicadas na íntegra e não apenas em formato de resumo; terem sido publicadas em língua portuguesa; apresentarem nos objetivos aspectos relacionados à assistência farmacêutica às pessoas privadas de liberdade, que tenham feito menção ao uso de medicamentos e de seu controle ou à assistência farmacêutica. Os critérios de exclusão são: não ter sido publicado em outro idioma, não ser revisão sistemática ou ter sido publicado somente em formato de resumo ou os demais que se opõem aos critérios de inclusão apresentados anteriormente.

3 | RESULTADOS

Na base de dados Scielo foram consultados 32 (trinta e dois) artigos, dos quais foram selecionados 7 (sete), após aplicados os critérios de inclusão e exclusão. Da base de dados Lilacs, obteve-se 16 (dezesseis) dos quais restou-se 1 (um); e, finalmente, a base de dados Medcaribe, da qual selecionou-se 1 (um) artigo dos 13 (treze) encontrados, também após aplicação dos critérios de inclusão e exclusão, totalizando 9 (nove) artigos científicos que constituem esta pesquisa.

Os dados foram sistematizados e serviram para análise do tema proposto. O referencial teórico foi conduzido tomando-se por base os dados coletados, bem como embasamento teórico de autores que possuem propriedade para reflexão sobre o tema em estudo, discutindo-se as informações coletadas a partir de outras investigações de mesma temática, visando ampliar e enriquecer as reflexões propostas.

As análises e discussões se deram com base nos próprios artigos que constituem este estudo, procedendo-se às reflexões a partir dos pontos convergentes e divergentes entre estes, no sentido de mais bem evidenciar o objeto de investigação.

A organização dos dados coletados se deu por meio de um Quadro síntese, no qual as publicações que constituem o *corpus* desta investigação foram organizadas, considerando-se as seguintes categorias: autores, título do artigo, objetivo e principais resultados dos artigos científicos, o que possibilitou análise e discussão dos dados de forma pormenorizada e, assim, que os objetivos deste estudo fossem atingidos. A seguir, o quadro síntese que traz as principais informações dos artigos que são objeto deste estudo.

AUTOR(ES)	TÍTULO DO ARTIGO	OBJETIVO	PRINCIPAIS RESULTADOS
Cardins <i>et al</i> (2019)	Acesso e uso racional de medicamentos no sistema prisional da Paraíba	Avaliar o acesso e o uso racional de medicamentos essenciais e estratégicos no sistema prisional da Paraíba	Verificou-se que os prisioneiros rotineiramente não ficam de posse das prescrições dos profissionais e que a supervisão de doses não é uma prática realizada. Os medicamentos ficam sob responsabilidade dos prisioneiros e, embora haja cuidado com o armazenamento, estes ficam nas celas em locais com pouca ventilação.
Silva <i>et al</i> (2018)	Políticas e práticas da assistência farmacêutica penitenciária	Descrever o processo de criação e desenvolvimento do Programa de Assistência Farmacêutica Penitenciária no Brasil	Embora estabelecido na legislação vigente no país, o programa de Assistência Farmacêutica Penitenciária parece funcionar com limitações. Organizações prestadoras de serviços ou Organizações Não Governamentais parecem se apresentar como alternativa de escolha do Governo Estadual de São Paulo para a provisão da atenção à saúde da população carcerária
Minayo; Ribeiro (2016)	Condições de saúde dos presos do estado do Rio de Janeiro, Brasil	Produzir informações estratégicas para subsidiar a ação dos agentes públicos que atuam nos presídios.	Apesar dos dispositivos legais que incluem o cuidado com a saúde prisional entre as atribuições do SUS os serviços são escassos e ineficientes e uma das maiores causas de insatisfação dos presos.

Zanella; Aguiar; Storpiertis (2015)	Atuação do farmacêutico na dispensação de medicamentos em centros de atenção psicossocial adulto no município de São Paulo, SP, Brasil	Descrever a atuação do farmacêutico na dispensação de medicamentos em centros de atenção psicossocial adulto no município de São Paulo	Verificou-se que metade dos entrevistados realizou apenas 25% das dispensações e poucos fizeram a análise de todas as prescrições antes de dispensar o medicamento. Todos os respondentes entravam em contato com o prescritor na presença de algum problema relacionado ao medicamento. Entretanto, intervenções farmacêuticas não eram realizadas comumente.
Rudnicki (2011)	Comida e direitos humanos no presídio central de Porto Alegre	Determinar a realidade da preparação, distribuição e quantidade da comida oferecida no presídio central de Porto Alegre, RS, aos detentos	Percebeu-se que os presos gostam da comida recebida e não reclamam de questões relativas à higiene ou qualidade. Assim, ainda que a comida não seja produzida em obediência a padrões mínimos de higiene e à assistência médica e farmacêutica não ocorra de forma devida, as críticas nesse sentido provêm apenas por parte de visitantes (políticos, juizes, promotores, defensores de Direitos Humanos), que pertencem a outra classe social e que, portanto, possuem um gosto diverso (Bourdieu).
Figueiró (2015)	Consumo de medicação psicotrópica em uma prisão feminina	Mapear o uso de medicação psicotrópica em uma prisão feminina identificando os fatores associados ao uso dessas substâncias no contexto prisional.	Identificou-se que o cotidiano da prisão, a dificuldade de assistência farmacêutica e médico-psiquiátrica e a ausência de visitas/contato com a família são elementos centrais para compreender o uso de medicação psicotrópica pelas detentas.
Freitas; Caliman (2017)	A Saúde e o Psicotrópico no Sistema Prisional	Apresentar as práticas de saúde e o uso do psicotrópico no sistema prisional da Penitenciária de Segurança Máxima II, localizada no Complexo Penitenciário de Viana, no Espírito Santo.	A saúde prisional e o uso do psicotrópico na prisão encontram-se na interface entre a produção de mortificação e a criação de resistência.
Vieira (2017)	Possibilidades de contribuição do farmacêutico para a promoção da saúde	Refletir sobre as possibilidades de contribuição do farmacêutico para a melhoria da utilização de medicamentos pela sociedade.	É preciso considerar o potencial de contribuição do farmacêutico e efetivamente incorporá-lo às equipes de saúde a fim de que se garanta a melhoria da utilização dos medicamentos, com redução dos riscos de morbimortalidade.
Pereira; Freitas (2018)	A evolução da Atenção Farmacêutica e a perspectiva para o Brasil	Discutir a Atenção Farmacêutica nos países em que esta se encontra mais evoluída	Para a implementação efetiva da Atenção Farmacêutica no setor público, deve-se conscientizar os gestores que esta atividade reduz custos para o sistema saúde e melhora a qualidade de vida.

Quadro 01: Síntese dos artigos científicos - recorte histórico entre 2010-2019

Fonte: Própria autora. 2020.

4 | DISCUSSÃO

Dentre os artigos publicados objetos desta investigação, um foi publicado no ano de 2019, dois em 2018, dois em 2017, um em 2016, dois em 2015 e um em 2011, totalizando-se nove publicações. Infere-se que há ao longo do recorte histórico de estudo (2010-2019) uma constante de publicações que, embora ainda sejam limitadas, confere ao tema a importância devida na literatura científica.

Ademais, há um predomínio de publicações em parceria, visto que a maior parte delas foi publicada por dois ou mais autores, totalizando-se seis: Cardins *et al* (2019), Silva *et al* (2018), Pereira; Freitas (2018), Freitas; Caliman (2017), Minayo; Ribeiro (2016) e Zanella; Aguiar; Storpirtis (2015). Assim, apenas três publicações foram realizadas apenas por um pesquisador: Vieira (2017), Figueiró (2015) e Rudnicki (2011), ratificando uma prevalência de parceria em publicações entre autores da área da saúde.

As publicações apontam que o número de pessoas privadas de liberdade (PPL) varia consideravelmente entre as diferentes unidades da Federação, conforme dados levantados pelo Sistema Integrado de Informações Penitenciárias (Infopen). Neste, o estado do Piauí apresenta a quarta menor população prisional do país, com 4.032 pessoas privadas de liberdade, representando 1,68% de toda a população prisional do país, com 240.061 pessoas presas (INFOPEN, 2017).

Em 2014, uma outra Portaria Interministerial nº 1/MS/GM/MJ, instituiu a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade no Sistema Prisional (PNAISP) com o objetivo principal de garantir o direito à saúde para todas as pessoas privadas de liberdade no Sistema Prisional e, além disso, garantir o acesso dessa população ao SUS. Esta substituiu o PNSSP, ao se constatar o que este modelo não conseguiu abranger em suas ações, dentre outras coisas, a totalidade do roteiro carcerário – delegacias e distritos policiais, cadeias públicas, colônias agrícolas ou industriais e, muito menos, penitenciárias federais. Suas normas de operacionalização estão ordenadas na Portaria GM/MS nº 482/2014, que disciplina os tipos de equipes, os profissionais que compõem essas equipes e o financiamento. A PNAISP, para sua execução, necessita de uma equipe multiprofissional e inclui nesta, dentre outros serviços e profissionais, a assistência farmacêutica (BRASIL, 2014).

Dessa forma, a utilização de medicamentos passou a ser prática indispensável para o aumento da qualidade e da expectativa de vida e, com isso, a assistência farmacêutica entra como uma maneira de melhorar tanto o acesso aos medicamentos como o entendimento de seu uso seguro, eficaz e de qualidade, em quantidade suficiente, com orientação de um profissional competente e capaz de assegurar seu uso racional, sendo imprescindível na assistência às pessoas privadas de liberdade (CARDINS *et al.*, 2017).

Ainda segundo CARDINS *et al* (2019), os estabelecimentos prisionais do sistema público, nas situações de adoecimento, devem viabilizar uma assistência completa capaz de promover e recuperar a saúde. No entanto, existem barreiras associadas à prisão no tocante a adesão ao tratamento medicamentoso, sendo fundamental uma identificação do aparato legal que garanta o direito a essa assistência e a compreensão de como efetivar a assistência farmacêutica para as pessoas privadas de liberdade, visto que o uso de medicamentos é uma ferramenta importante para a recuperação da saúde e, apesar de, na

teoria existir esse direito, na prática, nem sempre este se efetiva como assistência para o referido público.

Nesse sentido, ressalta-se que a saúde é um direito de todos segundo a Constituição Federal de 1988 e para viabilizar a garantia de acesso à saúde no Brasil surge o Sistema Único de Saúde (SUS). Este, passa a ser responsável pela elaboração e execução de ações de assistência à saúde em todas as esferas Federal, Estadual e Municipal, incluindo a Assistência Farmacêutica que passa a ser responsabilidade do Estado. Esta, traz consigo um conjunto de ações voltadas à promoção, proteção e recuperação da saúde, tem o medicamento como elemento essencial, e seu uso racional e consciente é um bom indicador de resultados da assistência integral (CARDINS *et al.*, 2019).

As publicações demonstraram que as prescrições médicas, bem como a fiscalização das doses tomadas pelos penitenciários, já que, para Cardins *et al* (2019), o profissional da assistência farmacêutica não se faz presente nos presídios, em decorrência de variados fatores, dentre os quais, o descumprimento de normas interpostas pela Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade no Sistema Prisional (PNAISP), corroborando com a pesquisa de Silva *et al* (2018), que mostrou em seus resultados que o sistema farmacêutico funciona com limitações nas penitenciárias do Brasil.

Sendo assim, os estudos de Cardins *et al* (2019) são reveladores, pois os autores afirmam que é rotina nos presídios os prisioneiros não ficarem com as prescrições médicas, não sendo realizada a supervisão das doses pelo profissional farmacêutico, que é o profissional competente para este fim.

Sobre o armazenamento dos medicamentos e sua manipulação, Minayo e Ribeiro (2016) apresentaram resultados que enfatizam que esta é uma constante reclamação dos presos, em locais com ventilação inadequada, sendo um dos fatores que prejudica a saúde dos presos, muito embora o SUS e as Políticas públicas voltadas para o sistema prisional regulamentem sobre isso, cujas percepções são muito semelhantes às encontradas nos estudos de Zanella; Aguiar; Storptirtis (2015), os quais mencionaram em seus estudos que apenas metade dos participantes da pesquisa que fizeram fazem a devida dispensação dos medicamentos, em locais pouco arejados e sem obedecer às determinações das instituições que regulamentam sobre os medicamentos, trazendo prejuízos para o devido funcionamento dos presídios.

Figueiró (2015) realizou estudo voltado para o cotidiano de prisão feminina, com uso de medicamento psicotrópico, verificando que o cotidiano no presídio apresenta dificuldades de diversas ordens, inclusive na assistência farmacêutica e médico-psiquiátrica, ficando o uso dos medicamentos livre por parte das presidiárias, que se sentem sozinhas, sem a visita de familiares e dos profissionais, contribuindo para agravar o problema.

Na mesma linha, Freitas e Caliman (2017) fizeram estudos semelhantes e também inferiram que a saúde prisional está ligada à falta de assistência farmacêutica, visto que o uso de psicotrópico no presídio também não somente é gerador do problema, como se encontra na interface entre a produção de mortificação e a criação de resistência, isto é, questões de saúde estão imbricadas pela falta de assistência devida e a consequente mortalidade naquele ambiente, indo de encontro ao que sugerem as leis reguladoras para assistência aos presidiários.

A publicação de Rudnicki (2011) traz uma abordagem mais abrangente, pois a pesquisa se voltou para condições gerais dos presos no presídio central de Porto Alegre, tendo em vista que levou em consideração não apenas a assistência médica e farmacêutica, mas também aspectos relacionados à higiene e qualidade da alimentação, já que, o presidiário, ao adoecer por algum acometimento relacionado a estes fatores, necessitará de assistência. Dessa forma, mesmo que a comida não seja produzida em obediência a padrões mínimos de higiene e o uso de medicamentos venha como consequência destes elementos, embora atinjam diretamente os presos, são os sujeitos que os visitam e os órgãos fiscalizadores que fazem a denúncia.

Vieira (2017) traz para discussão em sua publicação o papel do farmacêutico e sua importância para as equipes de saúde, visando melhorias no sistema de saúde brasileiro a partir do uso correto de medicamentos, encontrando evidências de que a integração do farmacêutico em equipes multidisciplinares contribuem para a redução da morbimortalidade em decorrência do mau uso e armazenamento de medicamentos, direcionando-se para o que Pereira e Freitas (2018) encontraram em seus estudos, que a implementação efetiva da Atenção Farmacêutica no setor público deve partir da conscientização dos gestores que esta atividade reduz custos para o sistema saúde e melhora a qualidade de vida não somente dos presos, mas da sociedade de modo geral.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da análise das publicações científicas que discorreram sobre a assistência farmacêutica às pessoas privadas de liberdade no período de 2010 a 2019, foi possível inferir que a assistência farmacêutica não tem sido efetiva, nem garantindo o uso adequado e fiscalizado dos medicamentos, desde a prescrição médica até o seu descarte, que não tem sido de modo adequado nos presídios.

Percebeu-se que mesmo envolvendo atividades de caráter abrangente, multiprofissional e intersetorial, situadas no âmbito do trabalho e de organização com ações e serviços referentes ao medicamento em suas diversas dimensões, com ênfase à relação com o paciente e a comunidade na visão da promoção da saúde, o Brasil ainda não tem conseguido atender em sua totalidade às demandas dos presídios e dá a devida assistência farmacêutica aos seus presidiários.

Diante disso, verifica-se a ineficiência do Estado com o Sistema Prisional, o que acaba por impossibilitar a reabilitação de seus confinados, já que não tem garantido os direitos constitucionais, especialmente aqueles definidos pelo Sistema Único de Saúde (SUS), uma vez que o próprio Texto Constitucional e demais leis reguladoras do sistema prisional expressam que é dever do Estado garantir condições higiênicas, salubres de habitação para os custodiados, além de assegurar que os condenados sejam assistidos com saúde, alimentação e vestuário, bem como a devida assistência farmacêutica, em todo o seu processo, o que não tem se efetivado, nem do Brasil, tampouco no Piauí.

As publicações apontaram que a assistência farmacêutica às pessoas privadas de liberdade não é efetiva, visto que apresenta problemas de diversas ordens, tais como: falta de medicamentos adequados, inexistência de prescrição médica adequada, supervisão

das doses recomendadas, armazenamento seguro e adequado e acompanhamento do paciente no processo terapêutico, além de se verificar que este cenário faz parte da realidade de quase todos os estados brasileiros.

Em detrimento a estes resultados apresentados por este estudo, os autores das publicações analisadas compartilham de que a assistência farmacêutica ajuda para que sejam reduzidos os casos de morbimortalidade nos presídios e que a participação do profissional farmacêutico em equipes multiprofissionais de presídios está em desacordo com as previsões das normativas legais, sendo este essencial também na fiscalização e orientação quanto ao uso adequado de medicamentos.

Este estudo é indicado para profissionais da área de assistência farmacêutica e demais pesquisadores que desejem ampliar seus conhecimentos sobre uma temática tão pertinente e atual, mas que precisa ganhar mais espaço na literatura científica, já que são limitadas as publicações voltadas para o referido assunto.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção em Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. **Legislação em saúde no sistema penitenciário**. Brasília: Ministério da Saúde; 2014a.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria nº 482**, de 1º de abril de 2014. Brasília, 2014b. Disponível em: <http://www.brasilsus.com.br/legislacoes/gm/123163-482.html>. Acesso em: 19 out. 2019.

BRASIL. Ministério da Saúde e Ministério da Justiça. **Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade no Sistema Prisional**. Brasília, 2014d. Disponível em: <http://www.saude.gov.br/acoes-e-programas/pnaisp/politica-nacional-de-atencao-integral-a-saude-das-pessoas-privadas-de-liberdade-no-sistema-prisona>. Acesso em: 18 out. 2019.

CARDINS, K. K. B. *et al.* Acesso e uso racional de medicamentos no sistema prisional da Paraíba. **Esc. Anna Nery**. v. 23, n.2. Rio de Janeiro. Epub Apr 18, 2019.

CARTAXO, F. Q. *et al.* Panorama da estrutura presidiária brasileira. **Rev. Bras. Promoc. Saúde**. Fortaleza, 26(2): 266-273, abr./jun., 2013.

INFOPEN - Sistema Integrado de Informações Penitenciárias. 2017. Disponível em: <http://www.infopen.gov.br/> [acesso em 2019 Set 14].

FIGUEIRÓ, R. A. Consumo de medicação psicotrópica em uma prisão feminina. **Rev. psicol. polít.** vol.15 no.34 São Paulo dez. 2015.

MINAYO, M. C. S.; RIBEIRO, A. P. Condições de saúde dos presos do estado do Rio de Janeiro, Brasil. **Ciênc. saúde coletiva** [online]. 2016, vol. 21, n.7, pp.2031-2040.

PEREIRA, L. R. L.; FREITAS, O. A evolução da Atenção Farmacêutica e a perspectiva para o Brasil. **Rev. Bras. Cienc. Farm.** v. 44. n. 4. São Paulo Oct./Dec. 2018

RUDNICKI, D. Comida e Direitos Humanos no Presídio Central de Porto Alegre. **Rev. direito GV** [online]. 2011, vol.7, n.2, pp.515-538.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. Livro eletrônico. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2017.

SILVA, G. K. N. *et al.* Políticas e práticas farmacêuticas de assistência penitenciária. **Ciênc. saúde coletiva**. v.2 n.3. Rio de Janeiro. Nov, 2018.

VIEIRA, F. S. Possibilidades de contribuição do farmacêutico para a promoção da saúde. **Ciênc. saúde coletiva**. v.12 n.1. Rio de Janeiro Jan./Mar. 2017.

ZANELLA, C. G.; AGUIAR, P. M.; STORPIRTIS, A. Atuação do farmacêutico na dispensação de medicamentos em centros de atenção psicossocial adulto no município de São Paulo, SP, Brasil. **Rev Ciência & Saúde Coletiva**, v. 20, p. 325-332, 2015.

Farmácia e suas Interfaces com Vários Saberes

Francisco das Chagas Araújo Sousa
(Organizador)

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

Farmácia e suas Interfaces com Vários Saberes

Francisco das Chagas Araújo Sousa
(Organizador)

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](#) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 